

## **A REINVENÇÃO DA ORLA COMO AMBIENTE URBANO EM VITÓRIA - ES**

Eneida Maria Souza Mendonça

### **1. A orla antes da ponte**

Até a década de 1920 vivenciava-se em Vitória, de modo único e pleno, sua condição insular. Do ponto de vista urbano e considerando a colonização portuguesa, esta foi a situação ocorrida desde 1551, quando, por questões de segurança, a sede da capitania do Espírito Santo foi transferida de Vila Velha, para Vitória. Desde a década de 1530, a região da Prainha de Vila Velha, situada à entrada da Baía de Vitória foi alvo de inúmeros ataques estrangeiros e mesmo indígenas. A decisão de erguer a nova sede em terras internas desta baía e mais resguardadas tinha, portanto, o sentido de proteção, alcançado na orla sul da ilha de Vitória, na ocasião denominada Santo Antônio.

Vitória passou, então, a fazer parte de um complexo jesuítico, referenciado ao sul por Benevente (atual Anchieta) e ao norte pelos Reis Magos (atual Nova Almeida). Do fim do período de domínio dos jesuítas até meados do século XIX, foi diminuto o movimento da economia de Vitória e mesmo do Espírito Santo. A proibição de abertura de caminhos para as minas e a manutenção de reservas madeireiras em terras capixabas, ambas, determinações de Portugal, foram as principais razões do lento desenvolvimento urbano e econômico.

Na segunda metade do século XIX, incrementou-se o movimento urbano em Vitória e praticamente iniciou-se a formação da rede urbana no interior do Espírito Santo, graças à colonização da região, ocorrida em função da imigração, sobretudo italiana. A ocupação intensiva do interior pelos imigrantes e a atuação destes sobre a cultura cafeeira, tornaram a comercialização do café a principal atividade econômica da região de Vitória. Em torno deste produto e de suas oscilações no mercado nacional e internacional foram administradas as realizações e as interrupções dos melhoramentos urbanísticos na capital capixaba.

## **2. A valorização da orla como porto urbano**

O súbito incremento econômico do Espírito Santo, na última década de século XIX, propiciou o lançamento de um audacioso programa de governo, por Muniz Freire, presidente da província. Seu projeto visava tornar Vitória o centro político, administrativo e também econômico do Espírito Santo, polarizando inclusive parte de Minas Gerais. Para isso, propunha: 1) a conformação de uma rede ferroviária, de modo a direcionar o fluxo da produção agrícola para Vitória, 2) o reaparelhamento da estrutura portuária para corresponder ao movimento econômico previsto e 3) a construção de um novo bairro, que atendesse aos princípios higiênicos requeridos à época<sup>1</sup>. Esta última medida dava um toque de modernidade ao programa e demonstrava a superação das más condições sanitárias da então colonial cidade de Vitória, sujeita, como as principais cidades da ocasião, às diversas epidemias que comprometiam a saúde da população e o vigor da economia<sup>2</sup>.

Embora a função portuária tivesse sido, sempre, a atividade por excelência a ocorrer na orla de Vitória, o esforço empreendido a partir do projeto de Muniz Freire amplificava enormemente esta função. Sabe-se que desde tempos remotos Vitória funcionou como porto de passagem para navegantes que rumavam para portos marítimos de maior importância. No entanto, até então, não havia, na movimentação que realizava, significado expressivo nem mesmo no âmbito da esparsa economia da região. Ao final do século XIX, era comercializada por Vitória apenas a produção agrícola proveniente da região central do Espírito Santo, uma vez que a produção do sul seguia por Itapemirim para outros centros e a do norte pelo porto de São Mateus<sup>3</sup>, o que demonstrava a descentralização que Freire procurava corrigir.

Embora a queda do preço do café tenha prejudicado a rápida realização daquele projeto, reconhece-se que ao longo de toda a primeira metade do século XX, foram exercidos esforços políticos e econômicos de grande monta, no sentido de viabilizar a transformação de Vitória em importante centro portuário.

Dentre os esforços políticos destaca-se a decisão contínua ao longo dos governos de manter Vitória como capital do estado e neste sentido propiciar a todo custo a localização em seu território de equipamentos, que pelo porte e característica, devessem, segundo ponto de vista técnico, situar-se fora das terras municipais. Assim, como ação preliminar e conjugada às grandes obras do porto deu-se a construção da ponte Florentino Ávidos, que em 1928 passou a permitir o acesso a Vitória, ao sul, por via terrestre. Por este intermédio o transporte por meio de bonde tornou-se uma nova alternativa de contato entre Vitória e Vila Velha que, desde a transferência da sede da capitania, era exercido tão somente pelo mar. Além da alteração da paisagem da orla de Vitória, marcada de modo exuberante pela estrutura metálica da ponte, cabe assinalar outras alterações, que ao longo do século XX adquiriram dimensões cada vez mais espetaculares, também associadas, por alguma razão, ao porto. Trata-se do aterro, ou dos sucessivos aterros, que do mesmo modo como as diversas pontes, vão também, contribuir para viabilizar a expansão de Vitória e sua permanência como capital.

### **3. A magnitude dos aterros e o interesse imobiliário pela verticalização de construções**

A condição insular de Vitória, acoplada a sua característica geomorfológica montanhosa circundada por estreitas porções de terra ladeadas de mangue, fizeram com que o interesse pela ocupação urbana se viabilizasse a partir de aterros. Por este motivo, é possível supor que os aterros tenham sido realizados desde tempos que remetem à ocupação do lugar. A busca de facilidade para a circulação, mas sobretudo a questão sanitária foram freqüentes justificativas que nortearam a execução de aterros até a passagem do século XIX ao século XX. Por recomendação sanitária oficial deu-se o aterro do Campinho, inicialmente destinado a um novo bairro, mas urbanizado de fato, de modo especial, como o primeiro parque urbano de Vitória<sup>4</sup>. Há indícios de que este tenha sido o primeiro grande aterro de Vitória. Observa-se no entanto, que as justificativas mais comuns para a realização de aterros ao longo do século XX, passam a ser as vinculadas à construção do porto ou a algum tipo de

melhoria relacionada à navegação<sup>5</sup>. Neste sentido ocorreram em meados do século XX, de modo concomitante, os aterros da Esplanada Capixaba e de Bento Ferreira, do mesmo modo que na década de 1970 foi realizado o gigantesco aterro da Enseada do Suá. Nota-se que este último, vinha sendo previsto desde a década de 1930, em plano do então engenheiro Henrique de Novaes. O mesmo plano estenderia as funções do porto ao longo da orla de Vitória, no sentido leste, além do atual Centro, obra que não se realizou<sup>6</sup>.

De sutis a drásticas alterações da orla, cabe assinalar que a realização dos aterros, seja com que justificativas, ao se consumir, tornava-os essenciais à ocupação urbana e, em grande parte dos casos, mais cedo ou mais tarde, importantes focos do interesse imobiliário. Foi assim com a região do Campinho, logo convertida no elegante bairro do Parque Moscoso. No entanto, o caso da Esplanada Capixaba realça de modo mais imediato a valorização empreendida ao local, cujo aterro, antes mesmo de concluído, já contava com previsão de ocupação exclusivamente por edifícios. O interesse imobiliário atual sobre a Enseada do Suá reafirma a lógica aqui exposta ao mesmo tempo em que ilustra o percurso descrito pela valorização expressa no âmbito da construção de edifícios do Centro para a região leste de Vitória, que na década de 1970 passou a eleger a praia urbana como seu ambiente preferencial<sup>7</sup>.

#### **4. A praia urbana e o calçadão**

A ocupação urbana por edifícios à beira mar e a vida social vinculada à praia urbana teve sua divulgação no Brasil, propagada, desde a década de 1920, no Rio de Janeiro, a partir do *boom* imobiliário de Copacabana<sup>8</sup>. A partir desta época difundiu-se a moradia em apartamento e o estilo de vida da zona sul carioca como parte de um mesmo produto mercadológico aprimorado pelo incorporador imobiliário, o novo agente da construção civil<sup>9</sup>. Em Vitória, a construção de edifícios data também da década de 1920, porém, não constituindo-se em processo, por não demonstrar, na época, característica de continuidade. Esta conformou-se na segunda metade da década de 1940, desenvolvendo-se prioritariamente até a década de 1970 na área central de Vitória. Somente na segunda

metade da década de 1970 é que a verticalização de construções em Vitória passou a atingir a praia urbana e a eleger seus arredores como ambiente preferencial de ocupação, embora as primeiras aproximações neste sentido datassem da década de 1950<sup>10</sup>.

Até a década de 1970, o centro da cidade concentrava as principais qualidades urbanas, seja quanto ao embelezamento da paisagem, pelos parques, praças e *boulevares*, seja quanto à infra-estrutura e aos demais benefícios urbanos associados à moradia. Este era então o contexto que mantinha o interesse imobiliário ligado ao Centro de Vitória. Para Campos Júnior<sup>11</sup>, o lançamento do aterro da Esplanada da Capixaba com a proposição de construção exclusiva de edifícios, proporcionou ampliação da área central e manutenção do interesse imobiliário ainda, longe da praia.

Deste modo, observa-se que a região leste de Vitória, cuja ocupação foi intensificada a partir da década de 1970, tornou-se ambiente preferencial do processo de verticalização de construções, ao mesmo tempo em que outros fatores incidiram sobre o local. Entre eles encontra-se o direcionamento da infra-estrutura urbana que a esta década extrapolou o ambiente da ilha, atingindo a área continental do município. Outro fator significativo diz respeito à inserção do incorporador imobiliário no âmbito da construção empresarial em Vitória, que a exemplo do ocorrido no Rio de Janeiro, passou a orientar os empreendimentos segundo determinada lógica de mercado, neste caso, o edifício à beira-mar. Outro fator ainda a ser considerado, corresponde à construção na década de 1960 das instalações da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD - e do porto de Tubarão no extremo leste litorâneo da área continental de Vitória, e ao longo da década de 1970, da Companhia Siderúrgica de Tubarão - CST - em área a esta contígua. A ocupação desta última transpunha os limites de Vitória, extravasando suas instalações para o município de Serra, ao norte da capital<sup>12</sup>. Este complexo industrial-portuário permitiu a inserção e o destaque de Vitória na economia nacional, e mesmo o alcance na atualidade de conexões logísticas inerentes à economia internacional de caráter globalizante.

No que concerne ao presente estudo cabe destacar a interferência marcante deste complexo na conformação da orla, tendo em vista a brusca interrupção do ambiente público da costa marítima causada pelas instalações portuárias e industriais. Peso notável pode ser atribuído também a este complexo quanto ao seu poder de atração de infra-estrutura urbana, que logicamente seguiu o rumo leste em Vitória para prestar, a este novo equipamento, o atendimento que requisitava.

É neste sentido, que foram realizadas obras significativas quanto à circulação viária, incluindo, a título de exemplo, a construção de ponte ligando a ilha de Vitória ao continente (leste) pelo litoral, e, dando continuidade ao percurso, a abertura de avenida na orla da área continental do município. Estas obras entre outras, além de facilitar a ligação do Centro de Vitória com a nova área portuária, atraiu a ocupação urbana.

Na categoria de obras complementares, a urbanização da orla, repetindo o modelo carioca do *calçadão*, integrou a caracterização da região leste de Vitória no contexto da praia urbana. A partir da segunda metade da década de 1980 o parque urbano linear passou também a compor este contexto.

Deste modo, a presença de infra-estrutura urbana de toda a ordem, e em especial a relacionada aos embelezamentos urbanísticos, favoreceu a valorização da praia urbana em Vitória, neutralizou o interesse imobiliário anteriormente dirigido ao Centro e realçou o contraste com a região de manguezal, característica marcante da orla norte do município.

## **5. O mangue e o lixo**

Desde as remotas recomendações sanitárias de aterro ao mangal do Campinho, pelos órgãos oficiais de saúde, e provavelmente, mesmo antes disso, atribuía-se ao mangue conotação negativa relacionada a doenças de ordens diversas. A relação desse ambiente com a subsistência de população modesta, vinculada à pesca e mesmo à conservação de hábitos primitivos, como a fabricação de panelas de barro, contribuiu para acrescentar ao ambiente do mangue atributos avessos aos anseios modernizantes. Em acréscimo a esse

raciocínio, ou por aproximação, foi comum em Vitória a deposição de lixo em áreas de mangue.

Quanto a este aspecto, a situação mais significativa relaciona-se a ocorrida a oeste da ilha, que passou a receber na segunda metade da década de 1970, junto ao lixo, população de migrantes que não alcançava colocação no mercado formal em conformação. A virada econômica vivida na ocasião pela região de Vitória, passando da agro-exportação pautada no café para a grande indústria apoiada na siderurgia<sup>13</sup>, proporcionou então, movimentos inversos e concomitantes. Enquanto a ocupação da orla leste realizava-se por população de alta e média renda, ocorria extensa ocupação da orla oeste, estendendo-se no sentido norte, por população excluída do processo econômico e social em ascensão.

O aterro, neste caso, era feito do próprio lixo, que do mesmo modo que o porto, foi também justificativa corrente para a conquista de terras ao mar e conseqüente desfiguração da orla em Vitória. Do mesmo modo, era também o lixo que garantia precariamente a sobrevivência daquela nova população<sup>14</sup>.

A urbanização dos bairros a oeste e norte da ilha, ao longo da década de 1990, consolidou e complementou aquele aterro inicial e direcionou, oficialmente, a atividade econômica relacionada ao lixo, à usina implantada no local.

Em tempos mais recentes, percebe-se no entanto, a implantação de aparatos de lazer ao estilo dos *calçadões* e parques lineares, também na antiga orla do mangue, agora composta por estes novos bairros populares. O estímulo à gastronomia em pontos específicos vem contribuindo para uma apropriação cruzada de determinados ambientes, misturando populações, lançando expectativas e também, interrogações.

## **6. A descoberta do mangue para o turismo internacional**

Além dos restaurantes de frutos do mar, em profusão, mas somente nas Caieiras, pequena comunidade remanescente da pesca cercada pelas já mencionadas invasões, outros empreendimentos vem sendo difundidos para localização ao norte da região de Vitória.

A exploração turística da natureza, representada pelo manguezal que compõe a Estação Ecológica do Lameirão, vem sendo cogitada pela municipalidade, que prevê a instalação de complexo eco-turístico, incluindo hotel<sup>15</sup>. Outro empreendimento, já divulgado, previsto para ser implantado à beira do mangue, porém em gleba situada no vizinho município da Serra, corresponde a luxuoso condomínio, que pretende atrair população de altíssima renda.

A despeito da mudança de ótica voltada para as áreas de mangue, que acrescenta-lhe valor imobiliário e turístico, não é possível garantir que este novo olhar venha evitar futuras desconfigurações na orla. Desse modo, cabe sobretudo interrogar: em que medida este novo olhar conviverá com o ambiente cultural e social do lugar?

---

<sup>1</sup> CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. O Novo Arrabalde: Aspectos da formação urbana de Vitória. São Paulo (dissertação - mestrado - FAU-USP), 1985.

<sup>2</sup> MENDONÇA, Eneida Maria Souza, FREITAS, José Francisco Bernardino, CAMPOS, Martha Machado, PRADO, Michele Monteiro e ALMEIDA, Renata Hermann de. Cem anos do projeto de um Novo Arrabalde - Vitória (ES) - 1896-1996. Vitória: Núcleo de Estudos de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, 1996.

<sup>3</sup> CAMPOS JÚNIOR, 1985, op. cit.

<sup>4</sup> PIGNATON, Juliana Ribeiro. A região do Parque Moscoso a partir de plantas, projetos e planos urbanísticos. Vitória, Iniciação científica (Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Espírito Santo, 1999.

MUNIZ, Maria Izabel Perini. Parque Moscoso – Documento de Vida. Vitória: Fundação Jônice Tristão, Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, 1985.

<sup>5</sup> FREITAS, José Francisco Bernardino. Aterros e decisões políticas no município de Vitória: efeito cascata. Niterói, Seminário de história da cidade e do urbanismo, 2004.

<sup>6</sup> NOVAES, Henrique. Plano de Urbanização de Vitória. In: BRÍGIDO, Laerte Rangel. O Município de Vitória sob o regime revolucionário - Triênio 1930-1933. Rio de Janeiro: Oficinas Alba Gráficas [1934?].

<sup>7</sup> MENDONÇA, Eneida Maria Souza. Transferência de interesse no percurso da verticalização de construções em Vitória (ES). São Paulo (tese - doutorado - FAU-USP), 2001.

<sup>8</sup> VAZ, Lillian Fessler. Uma história da habitação coletiva na cidade do Rio de Janeiro - Estudo da modernidade através da moradia. São Paulo (tese -doutorado - FAU-USP), 1994.

<sup>9</sup> RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Dos cortiços aos condomínios fechados. As formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, IPPUR, UFRJ, FASE, 1997.

10

MENDONÇA, 2001, op. cit.

<sup>11</sup> CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. O Capitalismo se apropria do espaço: a construção civil em Vitória (ES). São Paulo (tese -doutorado - FAU-USP), 1993.

<sup>12</sup> MENDONÇA, Eneida Maria Souza. (Trans)formação planejada de territórios urbanos em Vitória (ES): o bairro Camburi. São Paulo (dissertação - mestrado - FAU-USP), 1995.

<sup>13</sup> ROCHA, Haroldo Correa e MORANDI, Ângela Maria. Cafecultura e Grande Indústria: a transição no Espírito Santo - 1955-1985. Vitória, Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

<sup>14</sup> ALMEIDA, Amylton de e GOBBI, Henrique. Lugar de toda a pobreza. Vitória, PMV - Departamento de Imprensa Oficial - DEARES, 1983.

<sup>15</sup> BARBOSA, Isabella Batalha Muniz. Modernidade e assimetrias na paisagem. A fragmentação de ecossistemas naturais e humanos na baía noroeste de Vitória - ES. São Paulo (dissertação - mestrado - FAU-USP), 2004.